

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

1
2 Desculpe pelo atraso, más porque estamos em uma reunião com
3 todos os secretários da Procuradoria, que tem todas as segundas-
4 feiras, más prometo que vou tentar, prometemos começar no
5 horário, sejam todos bem vindos inicialmente, desculpa as
6 formalidades,... todos, ... a Ivonete e secretários de trabalho
7 estão presentes, demais servidores do MP, vamos fazer aqui a
8 conferencia, Dr. Artur José Vieira Bruno, não, secretario do
9 meio ambiente, Dra. Arabela Costa Pinheiro, Dra. Francisca
10 Martins da Silva, CECITECE, Dra. Simone Magalhães de Oliveira, a
11 senhora é a vice, estou olhando com um certo interesse pra
12 senhora, Dra. Rimena Alves Praciano, Dr. Raimundo Batista
13 Oliveira, Dra. Jacqueline Faustino, CAUMACE, Dra. Celly, Dr.
14 Antônio Carlos falou que viria no lugar da Dra. Celly e não
15 chegou ainda, Dr. Vitor, a dra. Luciana, Dra. Maria do Socorro
16 Correia Câmara, ainda não temos representante da A.L.,
17 totalizando 9 conselheiros, coro legal para presente
18 sessão, passemos a pauta, eu não conversei com o Deputado ...
19 Albuquerque, a Ivonete passar pra Eugenia que sexta-feira tem
20 reunião com ele e a gente já pede, insiste nessa presença em
21 mandar um representante da A.L.

22
23
24
25
26 Primeiro ponto da pauta - Apresentação do Demonstrativo dos
27 valores recolhidos do FDID no mês de fevereiro 1º trimestre
28 2016, peço ao Dr. Vitor Washington Soares representante da SEFAZ
29 para fazer a conferência dos valores, bom dia conselheiros, os
30 valores apresentados se encontram corretos, a matéria estar
31 aberta a discussão, submeto a votação, se todos concordarem damos
32 por aprovados, todos concordam com a conferencia de valores
33 apresentados pela Secretária de FDID e convalidado pelo
34 representante da SEFAZ,

35
36 Segundo ponto da pauta - deliberação a cerca da solicitação
37 contida no ofício nº 8597/2015/GEFIZ eu não sei nem o que é
38 isso, na Superintendência Estadual do meio Ambiente -
39 SEMACE, sobre a alteração do plano de trabalho do projeto
40 Mitigação do Aquífero do bairro centro de Fortaleza, decorrente
41 da poluição ambiental causados por produtos derivados de
42 petróleo, descentralização orçamentaria nº 1/2013, a Dra.
43 Arabela, a SECITECE, passo a palavra ao Dr. Rafael Arruda
44 Maia, conselheiro representante da Ciências e tecnologia dos
45 Assuntos Superior - SECITECE, as considerações, bom dia a todos,
46 colocar em votação o processo nº 11318/2013-4, o projeto se
47 chama Mitigação do Aquífero do bairro centro de Fortaleza,
48 sugere a alteração no plano de trabalho, segue
49 relatório, encaminhado pelo Sr. José Ricardo de Araújo Lima -
50 presidente da SEMACE, o projeto ... 30 de abril de 2013 sendo

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

51 aprovado pelo conselho gerado um TDCO ...2013 assinado em 27 de
52 agosto de 2013 a principio a vigência estaria ate o dia 31 de
53 julho de 2014, ate 31 de dezembro de 2016,a alteração sobre a
54 execução do projeto e plano de trabalho comprovando único
55 projeto básico fls 196 a 202com a proposta apresentada fls ... tem
56 todas as etapas, compra de equipamentos de retirada de amostra
57 de água que possa dar evasão e alteração de compra e instalação
58 de hidráulicas, para as instalações bem como modificações..
59 aplicação o ... da SEMACE para aqueles equipamentos previsto no
60 plano de trabalho, foi providenciado em janeiro de 2014 sem
61 apresentar qualquer protocolo informaria que em novembro de 2014
62 uma análise verificou a impossibilidade de alguns desses
63 equipamentos,vale ressaltar que a SEMACE iniciou, uma
64 programação uma empresa especializada na execução desse
65 projeto através do processo VIPROC nº3047437/2015, estando a
66 mais de 6 meses em elaboração e termo de referencia da
67 dificuldade de contratar empresa com requeziitos para analisar
68 proposta, é o relatório e segue o parecer, da analise da
69 documentação dos autos contata em tempo abiu apresentou termo
70 aditivo fica ao plano de trabalho visando tornar objeto
71 executado, dos equipamentos necessários, a despesa pra
72 contratação de empresa especializada para ordem de serviço, não
73 à motivo para discutirmo esta afinidade ou a importância dos
74 projetos uma vez que ...inicial no entanto, se passarmos 3 anos
75 com o projeto sem estar sendo editado a que ponto chega a
76 necessidade, o TDCO nº... na sua cláusula 7, excepcionalmente a
77 de se iniciar com reformulação do plano de trabalho que sera
78 previamente apreciado por a unidade técnica do conselho e
79 aprovado pela autoridade competente vedada porem a mudança de
80 objeto,em 14 de dezembro de 2015, este conselho deliberou sob
81 licitação o proponente apresentava o detalhamento analítico das
82 despesas afim de demonstrar a composição de valores que
83 passariam de aquisição de material permanente e de consumo para
84 o FDID teria que requisitá-lo, onde a proponente ainda as
85 despesas que é de diárias, de passagens,o contrato
86 apresentado,tal contrato administrativo de planejamento e a
87 elaboração do plano de trabalho é fundamental como resultado dos
88 partícipes, para o controle por parte do órgão titular de
89 crédito e necessário para TDCO,desde que foram elaborado de
90 forma correta, planejado e detalhado, passaram os partícipes
91 compridos para garantir... que as execuções alheias são... desse
92 modo recomende que a proponente apresente um novo projeto
93 quanto a abertura das escições do edital de 2016, atentando
94 para os cuidados com a possibilidade de execução de novos
95 projetos, é importante lembrarmos que caso semelhantes foram
96 apreciados por este conselho nos altos do processo nº13353/2014-
97 7, visando também modificarmos a alteração do projeto,aquisições
98 de contratação de terceiros, solicitação foi indeferida,assim
99 diante dos argumentos expostos, conforme o ofício nº
100 8170/2015,artigo 224 e 225, uma análise técnica,acompanha a

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

possibilidade de um adequamento à serem adquiridos, serem completamente previsível a fase de aprovação de projeto, não justificado por falta de interveniência previsível e a ... da proponente, dessa forma não se faz presente nos altos justificativas que isso leve a considerar o carácter excepcional da mudança pleiteada, devendo o plano de trabalho ser plenamente obedecido e que as execuções alheias sejam... em objetos, legais, desse modo recomendo que a proponente apresente um novo projeto quanto a abertura de de escrituras de 2016, atentando para os cuidados para a possibilidade da execução de um novo projeto é importante frisar que caso semelhante fora apreciados por este conselho nos altos deste processo nº 13353/2014-7, frisando também modificar a ... do projeto, alterando aquisições, planos de contratações e serviços de terceiros, assim de ante dos expostos, voto pelo indeferimento.... 2013 e do plano de trabalho, mais conselheiros e apreciação dos órgãos colegiados, estar aberto a discussão do manifestação, pelo não acolhimento do pedido de alteração do projeto, alguém quer discutir alguma coisa, poi não Dra. , tinha uma dificuldade realmente na licitação que não foi previsto, pra se fazer esse trabalho de análise, de um detalhamento de perfuração, esses equipamentos eles geravam, eu não vou poder me manifestar para instruir estes processos, tem outros processos de operação de trabalho, más realmente havia... muito grande neste processo, processos que estavam todos sintonizados na Procuradoria Geral, ... utensílios que seria usado no projeto que não era de conhecimento, sabia que a principio, não tendo quem queira discutir passemos a colher os votos, Dra. Simone... Dra. Rimena é interessante o projeto concluído de novo.. Dr. Raimundo Batista ... Dra. Jacqueline... Dr. Vitor com o relator, Dra. Maria do Socorro com o relator, más eu acho que o projeto era justamente para identificar quais os molde, por que são análises e menções freáticas, propor o resultado, em seguida, é bom que a SEMACE faz essas ponderações dirigidas a vossa excelência, então a unanimidade acompanhando o voto do relator indeferiu o projeto da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

Terceiro ponto da pauta - Deliberação a cerca da solicitação contida no ofício 28/2016 do Centro de Convivência Mão Amiga sobre a alteração do ponto de cronograma de desembolso de projeto Inclusão Social Mão Amiga convênio n 01/2016, a instituição solicita o desembolso dos recursos, a proponente e concedente contra partida em 02 parcelas, então marco o pedido pra mudar o cronograma de repasse dos valores é isso, vou passar a palavra a Ivonete para fazer um esclarecimento aos conselheiros do que se trata o objeto do pedido do Centro de Convivência Mão Amiga, bom dia a todos, enviou um plano de trabalho com outro tipo de cronograma, que o plano de trabalho anterior tinha muitos tipos de parcelas e esse é só em 02 parcelas, quando ela recebe a 01 parcela, logo com 30 dias logo

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

151 em seguida tem que fazer a prestação de contas então ela pediu
152 02 parcelas, março e setembro, uma de 314.976,27 mil e a outra de
153 136.225,15 e contra partida é de 500 mil, então vossa excelência
154 entendeu o pedido era 11 parcelas pra atender essa solicitação e
155 para atender esta solicitação, o repasse dele é em 02
156 parcelas, uma de 314.976,27 e a outra de 136.225,15 e a
157 justificativa apresentada, eu não vou como presidente me
158 manifestar até pra que não expor juízo sobre, já o pedido, com o
159 parecer jurídico, vou ler aqui para os senhores, senhora
160 secretaria cumprimentando a cordialmente o plano de trabalho o
161 novo cronograma de desembolso com a finalidade de editar prazo
162 de pagamento para despesas de projetos e assim com a meta do
163 convênio firmado, mas eu queria Ivonete a justificativa dele
164 dizendo o porque ... seria interessante, a Assessoria de Políticas
165 Institucionais da PGJ, são 02 folhinhas se os senhores me
166 permitir, é favorável, vamos ouvir rapidamente, cuidam os altos
167 proposto CEG/FDID do Ceará, o Centro de Convenção Mão Amiga,
168 direto de fato tal, o projeto em questão foi aprovado, as fls
169 642, 643, conforme foi apurado a celebração do convênio foi feita
170 as fls 666, interessado pela alteração do plano de trabalho em
171 questão conforme proposto, esse é o objeto da controversa, o
172 plano de trabalho requisita os conflitos os quais recorre a
173 transferência de recursos públicos, a índice de administração
174 pública ou de um terceiro setor, a obrigação ... da lei federal
175 nº 666 ou no artigo 8º da lei estadual nº 119/2015, nesse sentido o
176 convênio nº 01/2016 celebrado com o CEG/FDID e o Centro de
177 Convivência Mão Amiga subordina-se a fase de posições, sendo o
178 plano de trabalho anterior aprovado parte integrante do ajuste,
179 e quanto a parte integrante do convênio a conveniente obriga-se
180 ao fiel, integral complemento plano de trabalho aprovado, visto
181 que o motivo pelo qual será beneficiado pelo benefício público
182 toda via, o acordo prevê a possibilidade excepcional, a
183 conveniente se obriga a cumprir o plano de trabalho elaborado,
184 independente de não transcrição, parágrafo 1º excepcionalmente
185 ... a conveniente propor a reformulação do plano de trabalho que
186 será previamente apreciado pela unidade técnica FDID aprovada
187 pela autoridade competente pois a mudança de objeto, o presente
188 caso observa-se que a nova proposta do plano de trabalho visa
189 alterar apenas o cronograma do desembolso do antigo plano e
190 simplificar a prestação de contas do conveniente e não se observa
191 qualquer alteração por parte do objeto do plano de trabalho, é
192 de se ver por tanto a conformidade trabalho CV nº 01/2016...
193 compete ao FDID a examinar e aprovar projetos relativos ao
194 fundo, desta feita a manifestação da Assessoria cabe ao FDID
195 deliberar em caráter final a sigla da proposta de novo plano de
196 trabalho, nesse sentido essa Assessoria de Políticas
197 Institucionais manifesta contra favorável contra o novo plano de
198 trabalho, pela Assessoria logicamente, na realidade, ela coloca o
199 que à alteração, que é possível, desde que este conselho aprove
200 esta alteração, estar aberto a discussão, o cronograma de

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

201 execução e para a aquisição de equipamentos e materiais de
202 consumo, em 02 parcelas eu acho que vai ficar menos ...mas como
203 fica difícil pra Ivonete, que tem outras prestações de contas...
204 comentários, vou fazer uma sugestão, no paragrafo 1º
205 excepcionalmente, a conveniente propor a reformulação do plano de
206 trabalho que será previamente apreciado pela unidade técnica do
207 FDID e aprovada pela autoridade competente vedada porém a
208 mudança do objeto, do presente caso observa-se que a proposta do
209 plano de trabalho alterar apenas o cronograma do desembolso do
210 plano de forma de simplificar a prestação de contas por parte do
211 conveniente, não se observando qualquer outra alteração do objeto
212 do plano de trabalho, é de se ver portanto quanto conformidade
213 da proposta de alteração do convênio nº 01/2016, compete ao FDID
214 examinar e aprovar projetos relativos a aplicação de recursos do
215 fundo, desta feita, cabe ao FDID deliberar em carácter final a
216 cerca proposta do novo plano de trabalho, nesse sentido, essa
217 Assessoria de Políticas Institucionais manifesta favorável, a
218 aprovação do novo plano de trabalho, fls 667 dos autos,
219 logicamente não poderiam ser diferente elas foram, na realidade
220 a Assessoria de Políticas Institucionais ela cobra que há
221 previsão legal pra alteração que é possível, mas desde que esse
222 conselho aprove esta alteração, estar aberto a discussão, Dra.
223 Rimena, o cronograma de execução do convenio para aquisição de
224 equipamentos e matérias de consumo, realizar procedimentos
225 antes, então 02 parcelas eu acho que vai ficar muito solto, é
226 certo que em 11, o correto é ser pensado na prestação de
227 contas, mas como fica difícil pra Ivonete, que já tem outras
228 prestações de contas que estar pendentes, seria interessante
229 reduzir, mas não em 02, eu acho muito vulnerável, vou fazer uma
230 sugestão, propor a reformulação do plano de trabalho que será
231 previamente apreciado pela autoridade do FDID, pra gente ter
232 informação e saber, em 02 prestações seria igualzinho, é muito
233 solto o requerimento dele, tem que ter um relatório técnico, tem
234 que estar mês a mês, fica muito solto, de fato que justifique a
235 alteração, esse argumento dela é muito solto, e eu acho Dra.
236 Jacqueline tem que a entidade justificar isso aí, porque é como
237 a Ivonete diz não é da PI, não, não é do Ministério Público, a
238 própria entidade tem que dizer o porque ela tem que fazer o
239 mesmo objeto que antes faria em 11 parcelas, ela agora quer
240 fazer em 02, então realmente eu achei muito solto, a questão do
241 plano de trabalho é questão de transparência também
242 dos recursos que estão sendo repassados, você saltar 70% do
243 recurso, sem nada, conclusão, então a proposta era retirar e não
244 deliberar, retirar de mesa pra que a entidade apresente uma
245 fundamentação do porque ela agora se todos concordarem nós
246 retiramos de mesa e vamos ouvir a entidade pra que ela explique
247 melhor a necessidade da mudança cronograma de desembolso FDID
248 para cumprir esse objeto, Dr. Batista pelo indeferimento, mas eu
249 tenho medo de nós mudarmos de encontro a previsão deles
250 próprio, é e se tiver, ainda não foi repassado nenhuma

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

251 parcela,vamos submeter a votação é melhor,Dra. Arabela voto
252 indeferimento, Dr. Rafael indeferimento, Dra. Simone
253 indeferimento,,Dra. Rimena indeferimento, Dr. Batista
254 também,Dra. Jacqueline pelo indeferimento,Dr. Antônio Carlos...,
255 Dr. Vitor pelo indeferimento, Dra. Socorro...,então o conselho
256 por unanimidade indeferiu a Centro de Convivência Mão Amiga,
257 quanto a mudança do desembolso das parcelas para execução do
258 projeto,sem prejuízo claro para eles apresentarem uma proposta
259 melhor explicado,que seja bem claro porque é de interesse
260 público, exatamente, nesse momento tem que ver o que é melhor
261 para instituição,eu quero que ela especifique qual é o interesse
262 público que ela estar tentando melhorar, muito bem, eu queria
263 até aproveitar a Ivonete vem reclamando e ela tem toda razão, eu
264 vou ter4 que sair antes do final da reunião, más eu queria, já
265 que nós, é começasse a pensar que na próxima reunião, eu penso
266 em trazer uma proposta pra nós organizássemos o nosso FDID, o
267 que acontece, a Ivonete estar só e pedi pra Gladys, a secretária
268 de finanças da Procuradoria,a forma de estruturar melhor o FDID
269 uma pessoa pra assessorar a Ivonete, nesse trabalho, um local
270 pra gente funcionar, estar tuto em cima sobrecarregando a
271 Ivonete, nós estamos com uma dificuldade de pessoal aqui na
272 Procuradoria absurda, terrível, uma pergunta Dra. Rimena,
273 poderia ter 2 ou 3 terceirizados, exatamente, um estudante de
274 direito, um estagiário, pronto, é essa a, é exatamente isso que
275 eu queria estudar, como é que a gente poderia fazer, eu não
276 posso pelo Ministério Público contratar terceirizado, más o FDID
277 que seria uma outra instituição, talvez fosse possível, más é
278 importante que a gente se organize melhor,tem Dr. Batista, a
279 Gladys estar trabalhando nisso e pra ver como é que a gente
280 pode estruturar melhor, ter um sistema de automação também e não
281 tem nada, tudo solto,cabe a parte que cabe a Procuradoria, é
282 minha culpa mesmo,que nós assumimos um compromisso perante o
283 Estado e não tem, temos que ter uma organizam melhor, ter um
284 sistema de automação,alguém auxiliando as prestações de
285 contas,alguém auxiliando a Ivonete, más enfim...eu pedi pra
286 Gladys estudar e trazer para as próximas reuniões,

287
288
289 **Quarto ponto da pauta -** deliberação de sob solicitação da
290 Fundação Municipal de Cascavel do ceará, consta no ofício
291 F178/2016 vem solicitando a alteração do cronograma de
292 desembolso do plano de trabalho do projeto - Viver Bem na Melhor
293 Idade, convênio nº 02/2016, a instituição solicita o desembolso
294 dos recursos proponente e concedente, justificativa do ofício,
295 ele diz assim, em um paragrafo, cumprimentando
296 cordialmente,enviamos a vossa senhoria o novo plano de trabalho
297 convênio 2016 com alteração no cronograma de desembolso inicio
298 em janeiro de 2016 e termino em dezembro de 2016 em virtudes dos
299 repasses ocorrer após a legalização do convenio referentes, de
300 janeiro a março fosse realizado, uma vez que necessita da

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

301 pressão de compras, para o desembolso posterior, além disso de
302 forma que se encontrava, dificultava a prestação de contas do
303 convenio firmado com o FDID, município de Cascavel/Ceará,
304 praticamente uma introdução que nós acabamos de analisar, não
305 justifica Dra. Jacqueline, não há justificativa de interesse
306 público, apenas se trata da forma, também é um convênio desse
307 ano, é importante Ivonete que você diga pra entidades que
308 precisa haver uma justificativa para o por que, em 12 parcelas,
309 em 02, é só janeiro, fevereiro e março, a dificuldade seria em
310 relação aos três primeiros meses e quando for realizada a presta
311 para ser analisado, mas no meu entendimento eu não vejo como uma
312 justificativa, um interesse público no sentido que em
313 decorrência seja liberado o dinheiro em apenas 02 parcelas, que
314 a gente volta a situação anterior, é a gente tem que ficar
315 quanto a liberação de verba, que este ano é um ano eleitoral, mas
316 isso é importante pra você, porque essa pressa toda, sem uma
317 fundamentação plausível, no mínimo, Dra. Jacqueline, eu vou
318 nadificar o que a senhora está dizendo, na visão de promotor
319 você esses repasses é importante que eles sejam fracionados pra
320 que sejam realizados, por que eu fazendo uma análise, claro que
321 nos temos que defender o erário, claro que entendemos que as
322 instituições tem passado por um filtro, nós estamos vivendo no
323 Brasil e aqui nós não podemos mensurar recursos públicos, todos
324 os dias nós estamos vendo na imprensa, então é importante, ainda
325 mais sendo um ano de eleição, precisamos ser bem clara, a ligação
326 entre essas entidades e pessoas no âmbito jurídico, exatamente,
327 sem entrar em detalhes, uma decisão que possa pautar todas as
328 multas, então deve permanecer a alteração mensal, a exceção de
329 uma situação inicial que justifique, então não é uma
330 liberalidade nossa, e nem da instituição que está recebendo
331 dinheiro, se a gente passar muito recursos depois não adianta ir
332 atrás do leite derramado, então colegas eu vou pedir desculpas
333 por que eu estou tendo de viajar e estou muito apertado, vou
334 passar a Dra. Simone, fique a vontade, mas antes eu queria fazer
335 uma ponderação, não é nem o ponto 6, mas eu queria depois que nós
336 verificarmos, por que quando assumimos a Procuradoria, eu fiquei
337 impressionado por que nós temos recursos na conta da
338 Procuradoria, e nunca fizemos licitação da folha, é algo que deve
339 render dentro de uma situação dessa milhões, eu não vou citar
340 valores, por que nós estamos agora em processo de licitação, a
341 se o Procurador disse 20, 10, 15 milhões, mas análise, nós não
342 podemos licitar por que é banco público que tem que ficar, mas
343 nós temos que ouvir também opções, a liais, instituição oficial,
344 e instituições oficiais..., a Gladys vai explicar melhor, por que
345 é uma quantia significativa, e que deve ser deliberado pelo
346 CEG/FDID, por que esse dinheiro vai aportar os cofres do
347 Estado, estamos com décadas com o dinheiro da Procuradoria no
348 banco e o banco lucrando um absurdo com isso e nós dá nem uma
349 contra partida desses recursos, a Dra. Simone vai presidir esses
350 trabalhos, Gladys a gente vai trazer uma proposta para organizar

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

351 a estrutura do FDID, pra gente ver, a Dra. Rimena estava até
352 dizendo que algo que estamos propondo, nós temos um sistema de
353 automação, temos um serviço de pessoal, um imóvel a qui dentro
354 da Procuradoria eu não sei como é que vai ser a situação da
355 Ivonete, como usar o FDID para custear esta estrutura, tudo de
356 uma forma bem transparente, sendo apresentado os gastos,mas a
357 manutenção desta estrutura do FDID, me preocupa , ela estar
358 muito fragilizada e que deixa espaço pra nós, esta aqui a
359 Ivonete se queixando, a Ivonete a qui é uma servidora
360 extraordinária, por que eu sei o quanto ela estar sendo
361 penalizada aqui, ela estar sozinha, vou pedir desculpas e já
362 passo a palavra, essa cadeira é maldita né Dra. Simone,nós ainda
363 não votamos Cascavel,em razão da semelhança com o processo
364 anterior,o conselho vota pelo indeferimento do pedido como do
365 caso anterior,até pra mantermos a coerência do julgado anterior,
366 então o conselho por unanimidade indeferiu o pedido e já
367 passamos a presidência a Dra. Simone, muito obrigado e desculpe
368 ...Dra. Simone com a palavra comentários, eles querem a
369 alteração do cronograma, por que como é um projeto do Ministério
370 Público, se houve ou não a alteração, é só a alteração,
371 secretaria de finanças da Procuradoria Geral de Justiça, passo a
372 palavra, nesse edital 2015, tinha o código das despesas e foi
373 retirado depois, no edital e foi mudado alguma coisa,agora a
374 Gladys achou necessário constar, mas ai vai ser colocado nesse
375 edital que vai ... projetos, quando os projetos foram apresentados
376 ai foi aprovado um valor, por exemplo 100 mil, quando chegou a
377 contratação, o TDCO foi prorrogado pra 100 mil,a descriminação
378 da despesa,mas no TDCO, ele estar com o valor muito, pra consumo
379 44.90.50,pronto eu solicitei.. no corpo do TDCO, por que além de
380 ser facilidade, quando o TDCO, a gente disponibiliza para o
381 publico ou para as entidades de controle, a gente coloca o plano
382 de trabalho,e lá não tinha esta visão do valor dessa rubrica
383 orçamentaria e individualizá-la,por que antes tinha,desses 02
384 editais foram retirados,é por que é um seguinte, uma coisa, é
385 muito dificio, quem estar fazendo o projeto, ele não conhece,
386 mas lá ele diz, a pessoa física, lá ele diz que é pessoa
387 jurídica, material de consumo,mas a entidade que vai fazer, não
388 é obrigado a saber e ai a gente fica, acaba que não acertando,
389 desiste, o que a gente fez, a gente não vamos colocar isto no
390 edital,mas estar descriminado pela Procuradoria,pelo tipo de
391 serviço, pelo tipo de contratação,e cabe a nós fazer, indicar o
392 elemento de despesa só isso 33.90.37, não precisa botar no
393 edital pra dificultar, mas na hora que a gente for elaborar o
394 TDCO a gente deixa descriminado lá,é uma sugestão,todos
395 responderam que são favoráveis,é comum várias instituições,
396 solicitar a contra partida financeira aos bancos que gera os
397 órgãos que gera os recursos, o governo do Estado faz isso, com
398 a folha, com a conta de luz, água,forneedores e com a compra de
399 gestão,os nossos recursos tanto do FDID como da PGJ, estão no
400 montante apresentado pelo governo do Estado na negociação, como

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

401 a caixa econômica, nesse momento a gente não vai ...
402 individualmente, a partir do momento que acusa o contrato, que
403 precise de uma nova licitação, a gente vai entrar com uma
404 licitação e a ideia é essa, não vai continuar no banco oficial, o
405 que a gente a propósito apontou aqui ao Dr. Plácido é que a
406 gente saia do governo do Estado, pra que a gente faça a nossa
407 própria gestão, e que essa contra partida ao invés de ir para o
408 órgão do tesouro, não deixa eu explicar, quando o governo do
409 Estado lançou o edital para a contra partida dos recursos do
410 governo do Estado ele pegou todos os ... administração direta e
411 indireta, nós somos da indireta, então ... o valor do FDID com
412 saldo e estava na indireta e com o da PGJ, por exemplo eu tenho
413 um milhão para negociar, quanto é que a caixa me dar de contra
414 partida, Gladys existe 02 anos que existe tem um parecer na
415 SEMACE, e na realidade o contrato do Estado assim como tem o
416 direto e o indireto e é proibido pelo Tribunal de Contas mas
417 essa questão da contra partida, no Brasil foram equipados depois
418 das construções com o gerenciamento de compras, e é uma forma da
419 gente superar certas dificuldades de gerenciamento dessas contas
420 desses recursos e se pode conseguir de contra partida algo para
421 melhorar o gerenciamento e em função disso o governo do Estado
422 ele tem o prazo de 5 anos isso foi feito em 2012,
423 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 estaria teoricamente terminando este
424 contrato e a ideia é lançar o FDID somente o FDID, como lançar
425 somente a Procuradoria para termo autonomia financeira, o FDID
426 lançar essa opção, e fazer a contratação individualmente, então é
427 isso que a gente estar pensando em fazer, é isso que a
428 procuradoria estar, é que quando houver essa possibilidade do
429 FDID contratar individualmente para que esse recurso em vez de
430 ir para o tesouro seja para o FDID, não, poder de negociar com o
431 banco um contrato que diz ao banco escolher... do FDID, qual é a
432 proposta é desvincular os recursos e esse poder pra negociar, o
433 rendimento vem para o FDID, na hora em que o Estado negociar com
434 o dono o saldo, é possível licitar também junto aqui a
435 Procuradoria tem o funcionário terceirizado, o próprio FDID
436 lançasse um edital para contratar uma secretária, e a proposta
437 da Procuradoria é esta, primeiro contratar um sistema para lançar
438 o edital para estruturar, que possa acompanhar as pessoas a
439 lançar os projetos no sistema, sendo aprovados, as empresas
440 podendo lançar as prestações de contas no sistema como o
441 SIMCONVE, contratar uma empresa para tudo que precisar, a gente
442 tem recurso pra isso, é dar suporte, pra que o FDID seja mais
443 eficiente, existe uma situação sobre o DECON... o processo já
444 estava ou não na Procuradoria, é, foi aprovado, não da pra
445 entender.... pra você ter uma ideia tem 50 processos pra mandar
446 cobrar multa, comentários, o detalhamento do, Dra. Jacqueline
447 hoje nós temos condições de saber até qual é a promotoria que
448 mais assim arrecada dinheiro, mas a pergunta da Dra. Não foi
449 essa, eu sei, por exemplo a SEMACE, a multa vem para o FDID, não
450 , não, são as multas de, deixa só eu fazer um esclarecimento,

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

451 toda multa, todo licenciamento, todas as taxas,hoje são... a
452 gestão da SEMACE, quem paga parte da... é uma gratificação ao
453 servidor de lá e é uma ideia que o secretário, de alguma forma
454 voltar em benefício para a sociedade, foi pedido e conversado
455 com a Dra. Sheila Pitombeira na gestão passada, tinha uma
456 proposta de criar um fundo estadual, por que é um absurdo por
457 que essa fonte só se, enquanto não for criado o fundo estadual
458 do meio ambiente,que seja ... recurso do FDID, porque a mudança de
459 projeto que... a sociedade, a fonte pra onde cai o recurso não
460 tem, hoje é para o custeio da SEMACE faz pagamento de pessoal
461 da...,ou seja o próprio benefício da sociedade não retorna, o
462 que eu acho é que ele é algo que o Ministério Público
463 futuramente iria questionar,essas fontes provenientes de
464 multas,e que o próprio servidor vai ser beneficiado dela, então
465 a proposta é que quando você for discutir com a Dra. Sheila,
466 pessoas envolvidas é propõem que quando for criado esse fundo
467 estadual analise a possibilidade de entrar no FDID,o governo de
468 certa forma tem projeto que vão, nesse pouco tempo, sim veja só,
469 ele pode estar parado por que os projetos não foram
470 apresentados, mas a finalidade desse, mas a proposta não ser
471 favorável, mas a intenção agora é a estruturação, não é isso que
472 a gente estar discutindo agora, eu penso que a gente olha é pra
473 frente e como a intenção hoje é de organizar,não é estrutural,
474 só acho que esse recurso da SEMACE para ir para o FDID, seria
475 por lei, vamos ser racionais Dra. Jacqueline ninguém vai liberar
476 recurso ainda mais na situação que o Estado estar, isso só viria
477 se tivesse um outro ... realmente,eu dei uma olhada e quase todos
478 os Estados tem um fundo Estadual, quase todos,o FDID
479 praticamente é do MP,um ponto de discussão, foi que a Resolução
480 de não conceder ao municípios, a possibilidade de licenciar sob
481 o argumento que o município não faria concurso,como abrigam
482 metas, ficaram 02 anos sendo discutidas,a intuição era de
483 dificultar o mesmo,se tivesse a competência para licenciar e eu
484 era a única voz, era dificultar o licenciamento dos municípios
485 pra que a SEMACE fizesse a arrecadação por conta da fonte 70 da
486 gratificação,e infelizmente colega de vocês tanto do MPCE e MPF
487 não sabem que estavam... eles precisam sabera qualquer dia
488 vocês vão saber assim a Arabela morreu envenenada,é tanta coisa
489 horrível, e eu já trabalhei no MP, e eu fico indignada com as
490 coisas,tinha muito jeitinho, mas hoje, já era feito assim, mas
491 estar errado, sim meu anjo,mas não existia nem concurso público,
492 então nesse tempo se admitia um absurdo desse,você multar pra se
493 pagar, é isso,a lei é de 2014, o que, você que o dia, 23 de
494 dezembro de 2014, você quer mais,todos queremos a mesma
495 finalidade, seja otimizar projetos,ações que voltem como
496 benefício, a a preservação da ecologia,já deveria ter sido
497 criado esse fundo,enquanto esse fundo não é criado nada é, por
498 mais que esse dinheiro esteja parado na conta, mas hoje ele
499 estar disponível para o financiamento de projetos,já que tem
500 esse movimento e se vocês conversarem e podem ajudar,

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512

Quinto ponto da pauta -

Sétimo ponto da pauta -

513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550

Oitavo ponto da pauta - a deliberação, que essa comissão ela já tem que ser feita agora porque o edital já estar saindo, são quantas pessoas, Dra. Jacqueline, eu não me sinto a vontade por que eu estou começando agora, então eu acho interessante que um dos meus colegas que já estão a mais tempo e conhece a legislação FDID e já tem toda essa experiencia que entre nessa composição, não me sinto a vontade de entra na comissão, o que é que se aplica e não se aplica, então aqui não se aplica a lei federal, a votação, a vamos escolher a comissão 1,2,3,4,5,6,7,8, né, tem que ser feito isso hoje, comentários.... foi colocado em assuntos gerais, indicação de conselheiros pra, elaboração de portaria,.... Dra. Rimene e Dra. Jacqueline, logo a comissão e passo par o Dr. Batista, e ele aceitou, e é até bom, Ivonete, foram aprovados nos projetos mais Gladys conduziu a frente e firmando o termo de parceria, foram debatidos 02 da UFC e tem também do INFAN que tem também, ele colocou na pauta de assuntos gerais pra que eu possa, ele é quem faz, ele mandou a documentação e deu um prazo de 15 dias e mandarão dizendo que estavam providenciando as certidões e que a conta também seria no nome da UFC, seria uma conta especifica, uma conta única e de lá pra cá, o que faz arquiva este processo, 02 da UFC, só sobrou um da SEMA foi, o da SEMA e da MÃO AMIGA, implementação da coleta seletiva, 02 da SEMA e 01 da Mão Amiga, aqui... Dr. Vitor, Dra. Ancelly, Dra. Rimena agora Dr. Batista pra oficialização, nós temos, nós temos os projetos 1,2,3,4,5,6,7 e 8 para serem fiscalizados, são 03 da Procuradoria, então fica só o Dr. Vitor, Dr. Batista, então quem ficaria a Dra. Rimena, outro com o Dr. Vitor o da Procuradoria, o da Mão Amiga os 02 da SEMA, esse de Coleta Seletiva é de aquisição de maquinário, nesse primeiro momento seria a captação na aquisição do equipamento, Dra. Jacqueline eu vou mandar o projeto, o plano de trabalho, especificações técnicas, tudo, o Vitor e a Rimena, tem o de Cascavel, o da Secretária das Cidades, Mão Amiga aqui dentro de Fortaleza, tem 02 da SEMA, esse do Cariri, esse são mais de 25 municípios, a secretária compra esses equipamentos e depois vai elaborar par doar esses equipamentos para os municípios e eles entraram com a contra partida, é o que, é eles contratarem o pessoal para trabalhar, um pessoal capacitado pra trabalhar com

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

a associação de catadores e também o município entrara com a obrigação de ceder o imóvel, com as despesas que são colocadas junta às secretarias pra que esses equipamentos seja instalados, CIDADE e SEMA é aquisição desses materiais, do dinheiro do FDID esta sendo destinados para aquisições, a fiscalização seria na compra desses maquinários, mas nada impede que essa fiscalização prossiga em relação a instalação, e funcionamento, agora se for para fazer fiscalização já neste equipamento instalado, ai é mais complexo, quando esse dinheiro foi liberado foi colocado essa condição para essas secretarias, não o edital diz que o acompanhamento e avaliação dos participantes a comissão formada por no mínimo 03 membros do conselho Gestor e esse termo ele vai ser submetido ao FDID, até agora só foi feita uma doação ao MP, agora os outros.. vamos fazer os sorteios desses projetos, 03 conselheiros, nº 01 Dr. Batista, nº 02 Dra. Rimena, nº 03 Dr., votação.... ultimo ponto a questão do INFAN, o da UFC foi indeferido,

Nono ponto da pauta -

Décimo ponto da pauta -

Palavra facultativa

Dr. Plácido Barroso Rios - Facultou a palavra e,

Plácido Barroso Rios
Presidente do CEG/FDID

Roberto Victor Pereira Ribeiro
Conselheiro - SEMA

Rimena Alves Praciano

ATA DA 108ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de abril de 2016

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

Conselheira - SESA

Raimundo Batista de Oliveira

Conselheiro - PJMA

Maria Jacqueline Faustino de Souza Alves do Nascimento

Conselheiro - CAOMACE

Ann Celly Sampaio Cavalcante

Conselheira - DECON

Vitor Rocha Soares

Conselheiro - SEFAZ

Maria do Socorro Araújo Câmara

Conselheira - SETUR